

## **SEÇÃO I – ARTIGOS**

### **Honestidade intelectual: ética e responsabilidade do pesquisador**

**Prof. Alvino Moser<sup>2</sup>**

**Resumo:** Trata este artigo de algumas considerações éticas sobre o intelectual. Em primeiro lugar expõe-se o conceito de ética. A seguir, trata-se dos princípios gerais das principais éticas na preceptiva de Luc Ferry: a ética aristotélica que visa excelência, a ética do esforço e da meritocracia, enfim a ética como satisfação de si mesmo. Na terceira parte a perspectiva de Rorty. Sobre o de onde se deduz o estatuto ético do homem de ciência. Enfim, articulam-se as considerações de Rorty com as perspectivas de Maturana. Na conclusão indica-se o caminho que pode levar ao consenso para a melhoria e a construção de um mundo melhor.

**Palavras-chave:** ética, Rorty, solidariedade, consenso, mundo melhor.

### **Intellectual Honesty: ethics and the researcher responsibility**

**Abstract:** This article deals with some ethical considerations about the scholar. First of all, the concept of ethics is presented. Then, the general principles of the main ethics in Luc Ferry's prescriptive: the Aristotelian ethics that aims at excellency, the ethics of effort and meritocracy, in short, ethics as the satisfaction of one's self. On the third part, Rorty's perspective, discussing from where the ethical statute of the man of science is deduced. In brief, Rorty's considerations are articulated with Maturana's perspectives. In the conclusion, the path that can lead to a consensus for the improvement and the construction of a better world is indicated.

**Key Words:** ethics, Rorty, consensus, better world, solidarity.

*Submetido em: novembro de 2015.*

*Aprovado em: janeiro de 2016.*

### **1. CONCEITUANDO ÉTICA E MORAL**

Eis dois termos derivados de dois étimos, de duas raízes que, a princípio, deveriam significar o mesmo conceito. **Ethos**, (com **éta**) em grego significa casa, **ethos**, com **épsilon**, indica hábito costume.. A passo que **mos**, **mores**, em Latim, quer dizer costumes, hábitos<sup>3</sup>. No presente artigo, par a evitar digressões academias e filosóficas, consideramos ética e moral como sinônimas.

---

<sup>2</sup> Doutor em Ética Universidade Católica de Louvain. Professor Emérito UFPR. E mail: moseral.am@gmail.com

<sup>3</sup> LIMAVAZ, H.C. Escritos filosóficos II. Ética e cultura. São Paulo: Loyola, 1988.

Contudo, o termo latino nos remete ao domínio prático, da vida, das condutas, de ação vivida. Assim, moral segundo Vazquez<sup>4</sup> é “o conjunto de normas, princípios, e valores aceitos livre e conscientemente que regulamentam a nossa vida social e individual”, tendo como critério de referência o BEM, ou a BOA CONDUTA. São regras auto impostas pelo sujeito a si mesmo, em primeira pessoa, e não por uma instância externa a ele, como é o caso do Direito por exemplo. Além das regras jurídicas há outras regras que seguimos que nos são impostas pela sociedade, como as regras de etiqueta, de civilidade, que não são éticas ou morais por não serem auto imputáveis. Nesse segundo caso, estão as normas da CAPES.

As normas éticas ou morais são o guia a nos conduzir para atingirmos os padrões que esta instância governamental nos impõe para nossas produções. A moral é antes de tudo uma autoimposição (livre e consciente), e autoimputabilidade. Desse modo, somos o ator, o expectador, o juiz e o algoz de nós mesmos, falando moralmente. O sujeito é responsável por seus atos e suas consequências.

A ética, portanto, tratadas regras de convivência entre os homens, pois juntos devemos construir o “nossa mundo”. O mundo na concepção fenomenológico-existencialista, a saber, do mundo “vivido”<sup>5</sup>, como “lebenswelt”.

## 2. ÉTICAS SEGUNDO LUC FERRY.

Em **Uma breve história da ética**<sup>6</sup>, Luc Ferry expõe três representações éticas às quais acrescentamos a ética kantiana e utilitarista, exposição brevíssima também.

Em primeiro lugar, considera a ética aristotélica que ela qualifica como uma ética aristocrática ou elitista, porque para Aristóteles a ética consiste em desenvolver as próprias potencialidades levando-as à perfeição. Trata-se de descobrir os próprios talentos e de atualizá-los, o que supõe que haja talentos inatos. Donde o elitismo naturalista que distingue esta ética<sup>7</sup>.

O intelectual, portanto, deve descobrir seus talentos de pesquisador e de inovador para pô-los à luz e realiza-los em suas produções. Assim o cientista ou pesquisador deve descobrir suas potencialidades pela razão e, em seguida procurar

---

<sup>4</sup> VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

<sup>5</sup> MERLEAU-PONTY. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp 1-3.

<sup>6</sup> FERRY, Luc e VINCENT, Jean-Didier. **O que é o ser do homem**. Petrópolis: Vozes, 2011, pp. 31 a 52.

<sup>7</sup> Idem, pp. 32.

seguir seus talentos e traduzi-los em obras ou pesquisas, procurando o Bem. Este seria a satisfação da exigência dos talentos segundo as virtudes expostas nos tratados de ética da Estagirita, mormente na Ética a Nicômaco<sup>8</sup>. De modo especial, as virtudes da justiça e da prudência.

A segunda ética considerada é a ética do esforço, do trabalho. O intelectual não precisa ter talentos especiais que o distingam dos demais, o que importa é o seu trabalho intelectual que, com o esforço o faz chegar a resultados de excelência e de perfeição. Não há elitismo. O mérito conta mais do que o talento. O intelectual deve se superar a si mesmo.

É a moral da liberdade, sendo a virtude uma uta da liberdade contra natureza, em que se deve deixar a zona do conforto e da rotina. A meritocracia traz a ideia de ação desinteressada e de universalidade. “Liberdade, virtude da ação desinteressada, preocupação com o interesse geral”<sup>9</sup>. Essas exigências se encontram na ética kantiana, que se fundamenta na boa vontade sendo moral a ação feita exclusivamente por dever, se nenhum interesse ou motivo que condicionasse o comportamento<sup>10</sup>. Portanto,

Do ponto de vista subjetivo, a moral do mérito é, pois uma moral do dever, visto que não trata mais, como nos antigos, de cumprir sua natureza, mas ao contrário de lutar na maioria das vezes contra ela. As regras se impõem quase sempre sob a forma de imperativo. A exigência moral toma a forma de um “você deve!” ou de “é preciso”<sup>11</sup>.

Assim Kant enuncia o imperativo categórico: Age segundo a máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”<sup>12</sup>.

As conclusões desse e dos outros imperativos categóricos é que o intelectual ou pesquisador, ou professor deve agir em vista a cumprir seu dever, sem ter em vista outros interesses ou recompensas ou créditos. O que, sem dúvida, é muito difícil se confundirmos as exigências do MEC e de outras instâncias que são legais com as normas que são éticas ou morais.

Enfim, a terceira perspectiva ética é a utilitarista apresentada e defendida por Jeremy Bentham<sup>13</sup> e John Stuart Mill<sup>14</sup>.

<sup>8</sup> ARISTÓTELES, Ética a Nicômaco.

<sup>9</sup> FERRY, Luc. 2011, p. 40.

<sup>10</sup> KANT, E. Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos. São Paulo: artin Claret, 2004

<sup>11</sup> FERRY, Luc. 2011, p. 42.

<sup>12</sup> I dem , 2004, p. 51..

<sup>13</sup> BENTHAM, Jeremy. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

<sup>14</sup> MILL, John Stuart. O Utilitarismo. São Paulo: Iluminuras, 2000.

Nesta ótica, não se trata mais de realizar as virtualidades de sua natureza, nem de “superar- a si mesmo”, mas de satisfazer-se mais modestamente: o que importa [...] o benefício que resulta em termos de bem-estar mental ou corporal<sup>15</sup>.

A perspectiva utilitarista foi adotada pelos pragmatistas, pois não exige obrigações universais, mas não que isto dizer que se deva dar primazia ao egoísmo, como se verá na seção seguinte na perspectiva de Richard Rorty.

### 3. UMA ÉTICA SEM OBRIGAÇÕES UNIVERSAIS.

Richard Rorty é neopragmático e, como tal propõe uma “ética sem obrigações universais”<sup>16</sup>, mas baseada na contingência, ironia e solidariedade.

**3.1.** O ironista quem é capaz de pôr em dúvida suas crenças, .seus saberes, crenças e certezas para submetê-las às críticas e ser postas em discussão. Ou levar alguém a reconhecer que seu saber não é isento de dúvida e que, portanto pode ser discutido. E liberal é aquele que procura eliminar, ou diminuir a dor e a humilhação da humanidade<sup>17</sup>. Ou citando o autor:

Tomo a definição de liberal de Judith Shklar, para quem os liberais são aqueles que pensam que a crueldade é a pior coisa que podemos fazer. Emprego “ironista” para designar o gênero de pessoa que olha de frene para a contingência de suas crenças e desejos centrais: alguém que é suficientemente historicista e nominalista por ter abandonado a ideia que suas crenças e desejo reenviem a qualquer coisa que escape ao tempo e ao caso. Os ironistas liberais são aqueles indivíduos que colocam os desejos infundáveis sua própria esperança que o sofrimento será reduzido, que a humilhação dos seres humanos por outros seres humanos possa acabar<sup>18</sup>.

Nesta sua definição ressalta a contingência e a historicidade dos saberes, desejos e crenças que são fruto do momento em que se vivee que são frutos da evolução. Sendo também nominalismo<sup>19</sup> renuncia recorrer a ideias como representações

---

<sup>15</sup> FERRY, Luc, 2011, p. 33.

<sup>16</sup> RORTY, R. *Une éthique sans obligations universelles* in *L'espoir au lieu du devoir*. Introduction au pragmatisme. Paris: Alvin Michel, 1995, pp. 97-127.

<sup>17</sup> RORTY, Richard. *Contingence, Ironie et Solidarité*. Paris: Armand Colin. 1993. p. 15-16..

<sup>18</sup> Idem, pp. 15-16.

<sup>19</sup> Substantivo masculino: filosofia doutrina medieval que afirma a irrealidade e o caráter meramente abstrato dos universais (conceitos, ideias gerais, termos abrangentes), que são caracterizados como nomes, entidades linguísticas sem existência autônoma, ou simples meios convencionais para a compreensão dos objetos singulares. Definição do dicionário de filosofia. Verbete do Google

mentais. De fato segue a posição de Dewey apresentada ética sem obrigações universais<sup>20</sup> que assim sintetiza:

**3.1.1.** Considera o homem na perspectiva darwiniana como fruto da evolução e da adaptação, sendo o conhecimento e a ética como uma forma de ajustamento, em particular desse ajuste a nossos semelhantes que denominamos de “pesquisa da justificação e do acordo”. Portanto não aceita o conhecimento como sendo a busca da realidade além da aparência. O que levaria à busca da essência e da verdade.

Portanto conhecer seria uma espécie de ajuste<sup>21</sup>. Edelman<sup>22</sup> explica a ocorrência do conhecimento pela teoria do darwinismo neural ou pela TEORIA DA SELEÇÃO DE GRUPOS DE NEURÔNIOS (TSGN). O cérebro é um sistema complexo auto-organizado e estruturado de várias partes que tem condições de coordenar o que o corre em todas essas diferentes partes. O cérebro efetua reconhecimento das estruturas<sup>23</sup>.

Para ele (Darwin), categorias poderiam resultar da seleção operada a partir da população de indivíduos diversos – isto é, tendo características diversas. [...] A ideia extraordinária de Darwin era que esta variação no seio de uma população não é precisamente ruído, mas servia pelo contrário para a seleção e para a sobrevivência possível<sup>24</sup>.

**3.1.2.** Em seguida, apresenta o pragmatismo como umas recusas de busca das essências, considerando em vez disso, as como “pura e simplesmente relacionais”. A negação da distinção entre aparência e realidade leva à negação de que exista um modo segundo o qual as coisas são ou modo como as representamos<sup>25</sup>.

À objeção do ceticismo de que pergunta se nosso conhecimento das coisas é adequada ao modo de ser real das coisas, os pragmáticos respondem com a pergunta: Nossa maneiras de descrever as coisas, ou de estabelecer entre as coisas e os outros relações que nos permitiriam ter melhores relações com elas utilizando-as do melhor modo possível para nossas necessidades, essa maneira são elas tão boas quanto possível?<sup>26</sup>.

Assim, partindo desses pressupostos, Rorty propõe uma ética sem imperativos categóricos ou incondicionais, que seriam próprios da natureza de nosso ser, de nossa natureza ou de nossa essência, portanto válidos universalmente, com as máximas de Kant propõe<sup>27</sup>.

<sup>20</sup> RORTY, R. *Une éthique sans obligations universelles* in *L'espoir au lieu du devoir*. Introduction au pragmatisme. Paris: Alvin Michel, 1995. Pp. 97-127.

<sup>21</sup> Idem, p. 100.

<sup>22</sup> EDELMAN. G. e TONONI, Giulio. *Comment la matière devient conscience*. Paris: Odile Jacob, 2000.

<sup>23</sup> EDEMAN, 2007, p.32-33.

<sup>24</sup> Idem, p. 39.

<sup>25</sup> Idem, ibidem.

<sup>26</sup> Idem, pp. 100-101.

<sup>27</sup> KANT, **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. Tradução: Leopoldo Holzbach. São Paulo,

Como Dewey, os pragmatistas propõem que:

É preciso reinterpretar a distinção estabelecida entre moralidade e prudência, moralidade e comodidade, moralidade e interesse pessoal que dispensa a noção de obrigação incondicional<sup>28</sup>.

Desta forma descarta-se toda busca dos fundamentos da ética e dos costumes<sup>29</sup> como se fosse uma questão metafísica transcendental submetida ao tribunal da razão. O comportamento ético é um modo complexo de adaptação indicando uma continuidade entre o comportamento animal e o agir humano.

As filosofias tradicionais postulam para a ética fundamentos universais e incondicionais, ou categóricos. O pragmatismo duvida que haja algo que seja incondicional, ou possa ser não relacional<sup>30</sup>. O que se busca na ética é uma questão prática.

Afirmar que a ética dos pragmaticistas postula a ausência de princípios pré-estabelecidos, definitivos, imutavelmente fixos e universalmente aplicáveis seja equivalente a estabelecer um caos moral<sup>31</sup>.

Trata-se de saber e de se estabelecer o que melhor convém para as relações entre nós e as coisas e o mundo e, sobretudo nossos semelhantes, que nos permitiriam ter melhores relações com elas para que seu uso fosse tão bom quanto possível? Portanto, dispensa-se a ideia de obrigação incondicional. “A moralidade nada mais é do que simplesmente um novo hábito (costume) e sujeito a controvérsias<sup>32</sup>”.

A ética, portanto, não resulta da razão e, sobretudo não resulta de uma razão metafísica que poderia estabelecer as condições categóricas ou transcendentais da obrigação moral. A moralidade como a cultura aparece com a evolução humana, do mesmo modo que a linguagem dos humanos surgiu na evolução dos grunhidos dos hominídeos.

Temos relações sociais e familiares que se tornaram hábitos. Estes hábitos (**mores**) são aceitos pelas comodidades em que vivemos normalmente até que surjam conflitos. Para solucionar os conflitos surge a moralidade, uma forma mais complexa de prudência. Para resolver os impasses resultantes dos ajustes de comportamento apela-se

---

SP: Martin Claret, 2005.

<sup>28</sup> **Idem**, p. 101.

<sup>29</sup> KANT, **Op.cit.**

<sup>30</sup> RORTY, 1995, **op. it.**, 1995, p.101

<sup>31</sup> DEWEY, **loc.cit.**, p.164 apud RORTY, **Idem**, p. 106.

<sup>32</sup> RORTY, 1995, **Idem**, p. 108).

para a noção de bem.

Não há distinção entre o que útil e o que é bem. O bem nada mais é do que o nome abstrato que cobre uma multidão de exigências concretas para a ação às quase os outros nos submetem e às quais sonos obrigados d dar certa consideração se quisermos viver<sup>33</sup>.

Contudo, Dewey não confunde o útil com o prazer, mas como a adaptação e o ajuste para viver bem. A moral surgiu do mesmo que a linguagem: os hábitos forma se transformando em regras sintáticas (gramática) e semânticas conforma o a forma complexa de comportamento que se foram formando nas sociedades ao longo do tempo. Ao imperativo de Kant, Dewey responde dizendo: A universalizabilidade exigida pelo imperativo categórico é de preconizar “o hábito de nos perguntarmos como desejariam sermos tratados nós próprios em casos similares” sem que se recorra à razão no sentido de uma RAZÃO universal<sup>34</sup> à qual todos teriam acesso, como o pleiteiam o racionalismo e o idealismo.

Levando em consideração a posição de Dewey, Rorty insiste que não se pode mais ter em mente tanto em moral como em outros aspectos a noção de um EU soberano, independente ou solto, um **Ego do Cogito** cartesiano ou do **Ich** com o Kant o vê **em Ich denke**, isto é, um eu que não teria relações e preocupações com o outro. **A perspectiva pragmaticista é tratar do EU como relacional, que tem obrigações consigo mesmo e como os outros.**

“A existência de um eu não relacional que possa existir sem nenhuma preocupação com os outros é um mito da moral tradicional e racional”. Portanto, a moral existe a partir do momento em que deixamos de considerar nossas necessidades pessoais para nos preocuparmos com as necessidades dos outros.

Mas podemos visar ser sempre cada vez mais dor dos outros, e satisfazer cada vez melhor necessidades cada vez mais variadas. Segundo os pragmaticistas, deveríamos substituir a ideia de que nós, humanos, somos atraídos por qualquer coisa de não humano, pela ideia que deveríamos acolher sempre cada vez mais seres humanos em nossa comunidade – que deveríamos levar em conta as necessidades, os interesses, e as ideias de uma variedade sem cessa acrescida de seres humanos<sup>35</sup>.

Partindo desses pressupostos Rorty propõe a moral da solidariedade e do com senso, de que trataremos a seguir.

---

<sup>33</sup> DEWEY, John. **Human Nature and Conduct**, in *The Middle Works of John Dewey*, v. 14. Cabondale, Illinois: Southen Illinois Press, 1983, p. 224.

<sup>34</sup> RORTY, op.cit. p. 105.

<sup>35</sup> Idem, 117-118.

### 3.2 A ÉTICA DA SOLIDARIEDADE SEGUNDO RORTY.

Os fundamentos da ética de Rorty são, pois a contingência, a ironia e a solidariedade. Trataremos de como a solidariedade pode fundamentar uma ética para as relações humanas. O conceito do autor em tela não se opõe à solidariedade cristã segundo a qual somos todos irmãos em Cristo, nem à de Kant baseada no universalismo:

Não desejo diminuir de forma alguma a força desses argumentos (*de universalismo cristão e kantiano*, o grifo é nosso), mas somente arrancá-lo do que se considerou muitas vezes como “seus pressupostos filosóficos”.

No entanto esta solidariedade não é concebida como o reconhecimento de um eu profundo, a essência do homem, mas como a capacidade de julgar insignificante uma massa sempre maior de diferenças tradicionais (tribais, religiosas, raciais, de costumes, etc.) em comparação com as semelhanças em relação à dor e a humilhação: a faculdade de englobar no campo do “nós” pessoas tão diferentes de nós<sup>36</sup>.

Portanto, não se trata de responder à pergunta: “O que são as diferenças entre os homens?”, o que seria uma pergunta metafísica que a nada leva. Importa perguntar o contrário: “Como tornar os homens mais próximos apesar das diferenças? Como eliminar o fosso que separa os membros de uma mesma comunidade para torná-los mais solidários? ”

Pergunta que nos leva a considerar a obrigação moral em termos de agir “**na intenção do nós**”<sup>37</sup>, conforme Wilfrid Sellars que não aceita a oposição do “nós” em relação a eles. Não pode haver moral se privilegiamos os nossos em detimentos dos que não são nossos. Todos somos seres que sofremos com a dor e a humilhação.

Em minha utopia, a solidariedade seria percebida não como um fato de se ter consciência dissipando os “preconceitos” ou cavando até as profundezas ainda inexploradas, mas, antes, como um objeto a alcançar. E isto, não pela pesquisa, mas pela imaginação, a faculdade de reconhecer pela reflexão semelhanças que sofrem as pessoas que nos são estranhas. A solidariedade não se descobre pela reflexão, ela é criada. Ela é criada tornando-se mais sensível aos detalhes particulares da dor e da humilhação de outros tipos de pessoas que nos são pouco familiares. Com a ajuda desta sensibilidade aumentada, tornar-se-á mais difícil marginalizar pessoas diferentes de nós pensando: ““Eles não sentem as coisas como nós as sentiríamos”, ou haverá sempre sofrimento, então por que não os deixar sofrer

---

<sup>36</sup> RORTY, r. Contingence, Ironie et solidarité. Paris: Albin Michel, 1989, p. 263.

<sup>37</sup> Idem, p. 261 e ss.

Mas não se trata de uma humanidade abstrata, mas daquela que conhecemos. Quando dizemos que devemos agir na intenção do "nós, não identificamos o nós com os nossos concidadãos ou conhecidos, que devemos alargar cada vez o nós, para abranger cada vez os diferentes. Assim se verá que as diferenças raciais, culturais, sociais, econômicas, culturais e outras que os parecem enormes, não ínfimas em relação às semelhanças que existem em nossa dor, em nosso sofrimento, e à humilhação. Por isso, somos solidários e não em virtude de um princípio universal.

### **3.3 O INTELECTUAL HONESTO - A CIÊNCIA COMO SOLIDARIEDADE.**

Rorty ao tratar da ciência como solidariedade trata do intelectual ou do homem de ciências e de suas qualidades morais. Em primeiro lugar traça um retrato de como este é visto em geral.

#### **Uma espécie de sacerdote.**

Por dominar o conteúdo das ciências e como responsável pela conservação e inovação a do saber, o cientista, sobretudo o cientista da natureza, como os físicos, biólogos e bioquímicos, “é considerado hoje como o homem que possibilita à humanidade de entrar em contato com algo que o transcende (que está além dele mesmo”. Porque se tornou o ‘único que se sente responsável pela verdade, que não é da ordem humana, pois que a transcende <sup>38</sup>”.

#### **Por possuir**

Um compromisso em favor da racionalidade e do método passa por um reconhecimento desta responsabilidade. O homem de ciência se torna dessa maneira um exemplo moral, alguém que, em desafio a si mesmo, se expõe de modo permanente à dura realidade<sup>39</sup>.

Não quer dizer que os cientistas se consideram como sacerdotes. Este halo sacerdotal lhe é conferido por grande parte da sociedade. Mas o cientista deve ser visto segundo um novo ponto de vista que envolve nova perspectiva de racionalidade:

Assim este termo, racionalidade, designa então um conjunto de **virtudes morais, como a tolerância, o respeito pelas opiniões daqueles que nos rodeiam, a capacidade de escuta, a confiança colocada mais na persuasão do que na força**. Estas virtudes são aquelas que os membros de uma

---

<sup>38</sup> RORTY, RICHARD. *Science et solidarité, la vérité sans le pouvoir*. .II. *LA SCIENCE COMME SOLIDARITÉ*. Paris: l'éclat, 1990, p. 46.

<sup>39</sup> Idem, p. 47.

sociedade civilizada devem possuir para que a sociedade seja mais suportável.<sup>40</sup>

## A científicidade como Virtude Moral<sup>41</sup>

Ao tratar das razões para distinguir ciência e de não ciência cita a posição de Williams que vê esta distinção como “uma tentativa de conforto metafísico” <sup>42</sup>. Em seguida acrescenta:

Está disponível uma segunda resposta psico-histórica, complementar, à questão da origem do problema de demarcação [...]. É de os cientistas naturais têm frequentemente sido exemplos notáveis de virtudes morais. Os cientistas são merecidamente famosos por aderirem à persuasão em vez da força, pela (relativa) incorruptibilidade, pela paciência e sensatez<sup>43</sup>.

Seguindo essas premissas, é lógico que Rorty conclui que a única “instância racional” para decidir os impasses que surgem em todas as questões, como as que surgem nos conflitos nos impasses nas relações humanas nas empresas devem ser resolvidas procurando o acordo e consenso democrático, após discussões, sem arranhar a solidariedade. Conforme sintetiza Hottois:

O conhecimento não está acima da conversação (do diálogo, observação nossa), e nunca é legítimo terminar um debate, quer se trate da autoridade de um fato dito “objetivo” ou uma revelação dita “transcendente”. As discussões podem ser unicamente fechadas legitimamente apenas se os interlocutores estiveram de acordo sobre as razões (que também são enunciados) de fechá-las, ao menos provisoriamente<sup>44</sup>.

Por isso, convém substituir a ideia de objetividade pela de acordo sem coação. A existência de um acordo sem constrangimentos entre os cientistas e as disciplinas situa a única linha da só verdade objetiva que podemos razoavelmente desejar, a saber, o acordo intersubjetivo. Não se trata de discutir o stuto metafísico da verdade, sua natureza e essência, mas aceitar como verdadeiras das nas parece mais vantajoso acreditar. Desse modo, o valor da pesquisa humana repousa sobre uma base exclusivamente ética, de forma alguma sobre uma teoria do conhecimento ou de uma metafísica <sup>45</sup>.

<sup>40</sup> O negrito é nosso.

<sup>41</sup> RORTY, R. A ciência natural é uma espécie natural? IN Epistemologia: Posições e Críticas. CARRILHO, Manuel Maria e SÀAGUA, João (org)s. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, pp. 361-400.

<sup>42</sup> Idem, p. 396.

<sup>43</sup> Idem, p. 397

<sup>44</sup> HOTTOIS, Gilbert. op. cit. p. 418. e RORTY, Richard. Science et solidarité. Paris: l' Éclat, 1990, p. 50 e ss.

<sup>45</sup> RORTY, 1990, pp. 50-51.

Os homens de ciência devem ser exemplos morais. Portanto não se deve exaltar os cientistas como sacerdotes, mas como pessoas humildes que se submetem ao veredicto das lições da natureza, sem que isto dependa de distinção entre os fatos objetivos e alguma forma mais flexível, mas lábil e muito mais duvidosa”<sup>46</sup>...

Não se pode confundir racionalidade com rigor e objetividade, deixando de ser apanágio dos físicos, micro biólogos, assimilando-a ao método rigoroso, como paradigma. Mas pode-se dar um sentido mais *light* e *soft* ao conceito de racionalidade, como algo de “são”, de “razoável”, em vez de “metódico”.

As virtudes morais apontadas são:

**1. A tolerância e capacidade de escuta** consistem em aceitar o outro, respeitar o ponto de vista, mesmo que dela se possa discordar saber escutar o ponto de vista dos outros. Não se colocar como detentor do saber, acima do outro. O que não significa que não se deva discutir e argumentar com o que pensa diferente. “Dizer que algo de um ponto de vista que é racional crer hoje poderia não ser verdadeiro, é simplesmente dizer que alguém poderia se apresentar com uma ideia melhor”<sup>47</sup>.

## **2. O respeito pelas opiniões daqueles que nos rodeiam.**

O que nos conduz a considerar as afirmações de Maturana:

Nossa atitude não poderá ser de reafirmar o que vemos do nosso próprio ponto de vista, e sim de considerar que nosso ponto de vista é resultado do acoplamento estrutural dentro de um domínio experiencial tão válido como o do nosso oponente, ainda que o dele não nos pareça tão desejável.[...] Caberá, portanto buscar uma perspectiva mais abrangente, num encontro experiencial em que o outro também tenha lugar e no qual possamos, com ele construir um mundo[...] a aceitação do outro ao nosso lado na convivência. Esse é o fundamento biológico do fenômeno social: sem o amor, e sem a socialização não há humanidade<sup>48</sup>.

Se a ética se fundamenta na solidariedade e é um modo de nos adaptarmos aos outros estabelecendo hábitos para convivência em harmonia e paz, Rorty propõe que estes hábitos que se tornarão regras nos conflitos sejam resultado de discussões tendo em vista o consenso.

---

<sup>46</sup> Idem, pp. 47-48.

<sup>47</sup> Idem, p. 52.

<sup>48</sup> MATORANA, R. Humberto. A árvore do conhecimento. Campinas: Psy, 1995. p. 262-263.

O acordo é uma exigência do **ironismo liberal**, pois este significa não ter receio de por em discussão as suas crenças. Aceita o pluralismo de pontos de vista, o que acarreta a necessidade de recorrer ao diálogo e à discussão.

Aplica-se à ética o que Rorty afirma do conhecimento e da ciência<sup>49</sup>, a saber, que deve ser considerada como uma prática cultural ou social. Assim como as discussões científicas (e filosóficas) visam o consenso e o acordo por meio do diálogo, conforme já assinalado.

Substituir o desejo de objetividade – o desejo de estar em contato com uma realidade que seja mais do que a comunidade qual nos identificamos, por aquele da solidariedade com esta comunidade. Os pragmáticos pensam que o hábito de contar com a persuasão em vez de contar com a força, contar com o respeito das opiniões de seus colegas, a curiosidade e a paixão pelos dados das opiniões novas, são as únicas virtudes que os homens de ciência possuem<sup>50</sup>.

Na perspectiva deweyana, segundo Rorty o cientista é aquele que se importa mais com a originalidade do que com o rigor,

A imagem do grande homem de ciência não seria aquele de alguém que está com a verdade, mas de alguém que produz o novo.[...] Um homem de ciência se apoiará muito mais na solidariedade com o resto de sua profissão, em vez de se apoiar sobre a imagem de si mesmo como combatente dos véus da ilusão à luz da razão<sup>51</sup>.

## CONCLUSÃO

Tendo em vista que a honestidade implica em ser ético ou moral apresentou-se brevemente o conceito de ética segundo Luc Ferry. Segue-se, de acordo com Rorty, o conceito pragmatista de ética sem obrigações universais, sendo a ética vista como solidariedade. Nesta perspectiva, o cientista é visto como exemplo de virtudes morais das quais são destacadas: como a tolerância, o respeito pelas opiniões daqueles que nos rodeiam, a capacidade de escuta, a confiança colocada mais na persuasão do que na força para a construção de um mundo melhor e para isso “é necessário abrir mão das próprias certezas e procurar não a objetividade como entendida classicamente, mas por acordo e consenso”<sup>52</sup>.

---

<sup>49</sup> RORTY, 1990, pp. 46-49.

<sup>50</sup> Idem, p. 55.

<sup>51</sup> Idem, p. 61.

<sup>52</sup> MATORANA, R. Humberto. A árvore do conhecimento. Campinas: Psy, 1995. p. 262-263.

Das conclusões de Rorty do artigo que exploramos e de outros escritos segundo os quais hoje chamamos *com o nome de homens de ciência estes deveriam cessar eles mesmos de se considerarem como os membros de uma ordem quase sacerdotal. Em vez de preocupar com a objetividade, o rigor e o método deveriam considerar a racionalidade com o esforço para preservar e elevar a civilização, para a construção de um mundo melhor.*

Abrir mão das próprias certezas leva à ousadia de propor as seguintes perguntas: Este conceito de cientista não exige e que nos desprendamos em parte de algumas exigências acadêmicas burocráticas, evitando seguir de modo intransigente o que é estabelecido por **instâncias de tribunais que julgam as pesquisas e trabalhos científicos? Ora, esta é atribuição dos burocratas e policiais e se apoiam nas regras e em critérios julgados racionais, sem respeitar as diferenças e idiossincrasias culturais, sociais e políticas. Qual a importância de uma revista de impacto internacional se não se a comunidade a ela não tem acesso? Por que exigir publicação em revistas de ponta de altas qualificações se estas revistas tratam de assuntos que não consideram os aspectos regionais e não atem aplicações prática no mundo que se vive?**

**O mundo da ciência deve ser algo de uma elite privilegiada e diferenciada pelo seu conhecimento especializado, que os enclausura numa torre de marfim onde se contemplam numa visão egocêntrica num fundo caleidoscópico?**

O que é o *lebenswelt*? É o mundo no qual eu- sou-com-o-outro, no meu mundo, não num mundo sonhado de sonhos impossíveis, mas de sonhos que consideram a realidade, sem com isso deixar de aspirar sempre mais e melhor. Mas quantos podem alçar voos para alturas em que sonham, mas que a gravidade da situação não possibilita? Construir um mundo melhor para todos, não apenas para uns eleitos. Fazer ciência de um modo honesto é realizar o possível segundo as circunstâncias procurando soluções para problemas reais que se enfrentam no dia a dia, eis uma meta humanista que é almejada por uma ética da solidariedade.